



MINUTA DE PREGÃO ELETRÔNICO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – UNIFESSPA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2018

(Processo Administrativo nº 23479.011677/2018-90)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, por meio da Divisão de Compras e Serviços, sediada na Folha 31 Quadra 07 Lote 100, Nova Marabá, CEP 68.507-590, Marabá-PA, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo menor preço **POR ITEM**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 08 de novembro de 2018

Horário: 09h30min (horário de Brasília-DF)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 158718

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA OS LABORATÓRIOS DE ENSINO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL DO INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA – IEA, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
 - 1.2.1. Em caso de participação em grupos, o licitante deverá oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária, conforme classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 154833

Fonte: 8108

Programa de Trabalho: 140861

Elemento de Despesa: 449052

PI: MSS25G15EMN

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de



Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

4.1.1. Em relação aos itens 1 a 41 e 43 a 52 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte. Exceto o item 42 que é ampla concorrência aos licitantes.

- 4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.3.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.3.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.3.4. Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.3.5. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.3.5.1. A vedação supra deve-se ao fato de o objeto não apresentar alta complexidade técnica que impossibilite a participação de empresas de forma individual, nem tampouco de grande vulto, não sendo necessária a junção de empresas para sua perfeita execução, ampliando a competitividade do certame.
- 4.4. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 4.4.1.1. Nos itens exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.4.1.2. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 4.4.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.4.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.
- 5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.6.1. Valor unitário e total do item;



- 5.6.2. Marca;
- 5.6.3. Fabricante;
- 5.6.4. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 5.9. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.**

6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
 - 6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item/grupo.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - 6.7.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos
- 6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 6.12. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.15. Em relação aos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria os licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das



demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- 6.15.1. Nessas condições, caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de pessoas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.16. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.16.1. Caso o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes qualificados como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.16.2. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 7.3. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
- 7.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.5.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.5.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 7.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 7.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 7.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.9. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à



subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8. DA HABILITAÇÃO

- 8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 8.1.1. SICAF;
 - 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - 8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - 8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
 - 8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
 - 8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.2. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10.
 - 8.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
 - 8.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **2 (duas) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 8.3. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista:
- 8.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**
 - 8.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - 8.4.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;
 - 8.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
 - 8.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
 - 8.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, – segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;
 - 8.4.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;



- 8.4.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do art. 4º, § 2º do Decreto nº 7.775, de 2012.
- 8.4.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.4.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 8.4.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.5. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 8.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- 8.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.5.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, deverão apresentar a seguinte documentação:

- 8.6.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 8.6.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - 8.6.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
 - 8.6.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 8.6.3. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSÍVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSÍVO NÃO CIRCULANTE}}$$



$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

- 8.6.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar que:
- 8.6.4.1. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente;
- 8.7. As empresas, deverão comprovar, ainda, a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, por meio de:
- 8.7.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 8.8. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 8.9. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de **2 (duas) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail licitacao@unifesspa.edu.br.
- 8.9.1. Após ser declarado habilitado, o licitante deverá remeter os documentos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de **3 (três) dias úteis**.
- 8.9.2. O invólucro contendo os documentos originais de que trata o item precedente deverá ser enviado à Divisão de Compras e Serviços - DICS/DCO/Unifesspa, no seguinte endereço: Folha 31 Quadra 07 Lote 100, Nova Marabá, CEP 68.507-590, Marabá-PA.
- 8.9.3. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.10. Em relação aos licitantes cadastradas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, o Pregoeiro consultará o referido Sistema em relação à habilitação jurídica, e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10.
- 8.10.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 8.10.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **2 (duas) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 8.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 8.11.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 8.12. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 8.13. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.
- 8.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.



- 8.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 8.16. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.17. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 9.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, observados os documentos solicitados pelo pregoeiro.
- 10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante, garantia e procedência, vinculam a Contratada.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 13.1. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato ou aceite instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 13.2. Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição do licitante adjudicatário de contratar com o Poder Público.
- 13.2.1. A adjudicatária terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 13.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceite no prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.
- 13.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 13.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta "online" ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- 13.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até **5 (cinco) dias**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14. DO PREÇO

- 14.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

17. DO PAGAMENTO

- 17.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 17.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
- 17.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação



financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

- 17.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 17.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 17.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 17.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 17.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 17.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 17.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 17.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - 17.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 17.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I × N × VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = (TX)
 $I = \frac{(6 \div 100)}{365}$
I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
 - 18.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 18.1.2. Apresentar documentação falsa;
 - 18.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 18.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 18.1.5. Não mantiver a proposta;



- 18.1.6. Cometer fraude fiscal;
- 18.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;
- 18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 18.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 18.3.1. Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
 - 18.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 18.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 18.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,
- 18.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 18.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 19.1. Até **2 (dois) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 19.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@unifesspa.edu.br, ou por petição dirigida ao Pregoeiro, Divisão de Compras e Serviços – DICS/DCO/PROADI, protocolada no Protocolo Central da UNIFESSPA no endereço Folha 31 Quadra 07 Lote 100, Nova Marabá, CEP 68.507-590, Marabá-PA.
- 19.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**.
- 19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 19.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **3 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 19.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 19.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 20.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



- 20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 20.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida dos Ipês, s/n, Cidade Universitária, Loteamento Cidade Jardim, sem CEP, Marabá-PA, na Divisão de Compras e Serviços – DICS/DCO/PROADI, nos dias úteis, no horário das 8h30min às 11h30min, e das 14h30min às 17h30min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 20.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 20.10.1. ANEXO I – Termo de Referência
 - 20.10.2. ANEXO II – Modelo de Proposta
 - 20.10.3. ANEXO III – Autorização de Fornecimento

Marabá-PA, 25 de outubro de 2018.

Raimundo Nonato Santos da Silva
Pregoeiro/Unifesspa



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de **MATERIAIS PERMANENTES PARA OS LABORATÓRIOS DE ENSINO DOS CURSOS DE ENGENHARIA CIVIL E LICENCIATURA EM MATEMÁTICA**, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, estabelecidas neste instrumento TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

ITEM	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO (R\$)	VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)
1	PEÇAS / ACESSÓRIOS EQUIPAMENTOS ESPECIALIZADOS	ACESSÓRIOS, EQUIPAMENTOS ESPECIALIZADOS: APLICAÇÃO ENSAIO DE PLASTICIDADE DO SOLO, TIPO 3 KIT LIMITE DE PLASTICIDADE. KIT COMPOSTO POR: UM CILINDRO COMPARADOR 3X100 MM, UMA CÁPSULA DE PORCELANA 16 CM, UMA ESPÁTULA 10X2 CM, UMA PLACA DE VIDRO ESMERILHADA COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 300X300X5 MM, DOZE CÁPSULAS DE ALUMÍNIO COM TAMPA DE 40X20MM, UM AMALGAMADOR DE BORRACHA E UMA CURVA FRANCESA DE 24,5 CM. CONFORME NORMAS: NBR 7180; DNER 082.	423788	UNIDADE	3	992,10	2.976,30
2	AGITADOR MAGNÉTICO	AGITADOR MAGNÉTICO, MATERIAL GABINETE METÁLICO, ANTICORROSIVO, AJUSTE AJUSTE MECÂNICO, BOTÃO CONTROLE VELOCIDADE, CAPACIDADE ATÉ 10 PENEIRAS, TEMPORIZAÇÃO TEMPORIZADOR ATÉ 30, ADICIONAL VIBRATÓRIO	419764	UNIDADE	3	3.375,00	10.125,00
3	AGITADOR MAGNÉTICO	AGITADOR MAGNÉTICO, MATERIAL GABINETE METÁLICO, ANTICORROSIVO, AJUSTE AJUSTE DIGITAL, CAPACIDADE ATÉ 20, ROTAÇÃO ATÉ 2000, TEMPERATURA CONTROLE TEMPERATURA ATÉ 300	408751	UNIDADE	3	996,67	2.990,01
4	ALICATE AMPERÍMETRO	ALICATE AMPERÍMETRO: ALICATE AMPERÍMETRO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO DIGITAL, CORRENTE 0.1 A 1.000 A, VOLTAGEM 1VA 750 AC/DC 1 A 1000, ALIMENTAÇÃO BATERIA, VOLTAGEM BATERIA 9V, RESISTÊNCIA 2 MOHM, APLICAÇÃO ELETRICIDADE.	255344	UNIDADE	16	54,82	877,12
5	SISTEMA GLOBAL DE POSICIONAMENTO - GLOBAL	APARELHO DE GPS: DISPOSITIVO PORTÁTIL RESISTENTE C/ BÚSSOLA, CONECTIVIDADE SEM FIO E CÂMERA DIGITAL DE NO MÍNIMO 8MP C/ FOCO AUTOMÁTICO, BLUETOOTH, CARTÃO MICRO SD DE NO MÍNIMO 8GB, MAPA RODOVIÁRIO CITY NAVIGATOR SOUTH AMERICAN- MAPA TOPOGRÁFICO DE TODO BRASIL - CARTA NÁUTICA	108774	UNIDADE	11	1.721,33	18.934,63



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

6	BALANÇA ELETRÔNICA	BALANÇA ELETRÔNICA: BALANÇA ELETRÔNICA DIGITAL, MICROPROCESSADA DE PRECISÃO 0,01 GRAMAS, CAPACIDADE MÍNIMA DE 5.000G. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO DE 10°C A 40°C. PRATO EM INOX COM 202X156 MM. TENSÃO DE TRABALHO DESDE 100 A 240 VCA, FREQUÊNCIA DE 60 HZ. COM SAÍDA SERIAL RS232C INCORPORADA	150748	UNIDADE	2	2.541,50	5.083,00
7	BANCADA	BANCADA DIDÁTICA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS: ESTRUTURA COMPOSTA POR PERFIL DE ALUMÍNIO ANODIZADO, AÇO CARBONO E PAINÉIS DE PARTÍCULAS DE MÉDIA DENSIDADE (MDP). DIMENSÕES: 2000 X 1410 X 840 MM (A X L X P). FONTE COM PROTEÇÃO CONTRA CURTO-CIRCUITO, SOBRECARGA E CHOQUES ELÉTRICOS. TRAVESSAS PARA FIXAÇÃO DOS MÓDULOS. MÓDULOS COM GRAU DE PROTEÇÃO IP20, ESTRUTURAL TIPO TS E IDENTIFICAÇÃO INDELÉVEL COM FECHAMENTO TRASEIRO. PESO: 100 KG. ALIMENTAÇÃO: 220VCA MONOFÁSICA - 2KVA. CONFORME NBR 13967 E NR-12.	150443	UNIDADE	1	26.752,61	26.752,61
8	BANHO MARIA	BANHO MARIA, AJUSTE AJUSTE DIGITAL COM PAINEL DE CONTROLE, VOLUME CERCA DE 10, COMPONENTES COM TAMPA CÔNICA, TEMPERATURA ATÉ 100	427500	UNIDADE	2	1.249,96	2.499,92
9	BLOCO DIGESTOR	BLOCO DIGESTOR: BLOCO DIGESTOR, TIPO DQO, AJUSTE DIGITAL, C/ PAINEL DE CONTROLE, CAPACIDADE ATÉ 30 AMOSTRAS, TEMPERATURA CONTROLE TEMPERATURA ATÉ 200°C, TEMPORIZAÇÃO TEMPORIZADOR ATÉ 9.999 MIN, ADICIONAL C/ ALARME, SISTEMA SEGURANÇA AQUECIMENTO.	416813	UNIDADE	3	2.625,10	7.875,30
10	CENTRÍFUGA DIGITAL	CENTRÍFUGA, TIPO PARA TUBOS, AJUSTE AJUSTE DIGITAL, C/ PAINEL DE CONTROLE, PROGRAMÁVEL, VOLUME ATÉ 15, CAPACIDADE ATÉ 16 UNIDADES, ROTAÇÃO ATÉ 5000, TEMPORIZAÇÃO TEMPORIZADOR ATÉ 99, ADICIONAL SEGURANÇA TAMPA ABERTA, ALARME DESBALANCEAMENTO	418925	UNIDADE	2	1.923,45	3.846,90
11	CONJUNTO INSTRUÇÃO PARA ELETRODINÂMICA	CONJUNTO INSTRUÇÃO PARA ELETRODINÂMICA: CONJUNTO INSTRUÇÃO, TIPO MATERIAL DIDÁTICO, COMPONENTES PAINEL DE ESTUDOS DE LIGAÇÕES EM SÉRIE E PARALELO, FINALIDADE AULAS PRÁTICAS DE FÍSICA, ELETRODINÂMICA.	447030	UNIDADE	6	814,12	4.884,72
12	CONJUNTO INSTRUÇÃO PARA MECÂNICA DOS FLUIDOS	CONJUNTO INSTRUÇÃO PARA MECÂNICA DOS FLUIDOS: CONJUNTO INSTRUÇÃO, TIPO MATERIAL DIDÁTICO, COMPONENTES PAINEL METÁLICO/TUBO "U"/VASOS/ESCALAS MILIMETRADAS, FINALIDADE AULAS PRÁTICAS DE FÍSICA, MECÂNICA DOS FLUIDOS.	440876	UNIDADE	1	4.980,00	4.980,00
13	CONJUNTO INSTRUÇÃO PARA MECÂNICA DOS SÓLIDOS	CONJUNTO INSTRUÇÃO PARA MECÂNICA DOS SÓLIDOS: CONJUNTO INSTRUÇÃO, TIPO MATERIAL DIDÁTICO, COMPONENTES CRONÔMETRO, SENSORES E ESCALAS PARA ÂNGULO, FINALIDADE AULAS PRÁTICAS DE FÍSICA, MECÂNICA DOS SÓLIDOS.	440793	UNIDADE	6	1.549,00	9.294,00
14	CONJUNTO INSTRUÇÃO PARA MECÂNICA ESTÁTICA	CONJUNTO INSTRUÇÃO PARA MECÂNICA ESTÁTICA: CONJUNTO INSTRUÇÃO, TIPO MATERIAL DIDÁTICO, COMPONENTES PAINEL DE FORÇAS VERTICAL/TRIPÉ/SISTEMA MASSA/MOL A, FINALIDADE AULAS PRÁTICAS DE FÍSICA, MECÂNICA ESTÁTICA.	440873	UNIDADE	1	26.000,00	26.000,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

15	CONJUNTO INSTRUÇÃO PARA PROPAGAÇÃO DO SOM	CONJUNTO INSTRUÇÃO PARA PROPAGAÇÃO DO SOM: CONJUNTO INSTRUÇÃO, TIPO MATERIAL DIDÁTICO, COMPONENTES DIAPASÕES/CONTRAPESO/ CAIXAS DE RESSONÂNCIA/MARTELO, FINALIDADE AULAS PRÁTICAS DE FÍSICA, PROPAGAÇÃO DO SOM	440872	UNIDADE	6	139,90	839,40
16	CONJUNTO INSTRUÇÃO PARA TERMODINÂMICA	CONJUNTO INSTRUÇÃO PARA TERMODINÂMICA: CONJUNTO INSTRUÇÃO, TIPO: MATERIAL DIDÁTICO, COMPONENTES: CORPOS DE PROVA E SUPORTES/CILINDRO/VENTOINHA COM FINALIDADE: AULAS PRÁTICAS DE FÍSICA, TERMODINÂMICA.	440875	UNIDADE	1	57.300,00	57.300,00
17	CONJUNTO (KIT) DIDÁTICO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	CONJUNTO (KIT) DIDÁTICO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS: APLICAÇÃO RESIDENCIAIS, PREDIAIS, COMPONENTES PAINEL MODULAR ESTRUTURA TUBULAR AÇO; MED. 1100X80.	327934	UNIDADE	6	1.668,88	10.013,28
18	DECIBELÍMETRO	DECIBELÍMETRO DIGITAL PORTÁTIL: COM FAIXA DE MEDIÇÃO DE 30 A 130DB, REALIZA PONDERAÇÃO EM FREQUÊNCIA A E C, BEM COMO REGISTRO DE MÁXIMA E MÍNIMA. CONTA TAMBÉM COM FUNÇÃO HOLD, MICROFONE COM ATENUAÇÃO DE INTERFERÊNCIAS MECÂNICAS (CORRENTES DE AR) E ESTÁ EM CONFORMIDADE COM A IEC61672-1 CLASSE 2. ESSE INSTRUMENTO SERÁ PARA USO DOS LABORATÓRIOS DE SANEAMENTO AMBIENTE E DE CONSTRUÇÃO PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACÚSTICO DAS EDIFICAÇÕES, MEDIANTE MEDIÇÕES DE NÍVEIS JÁ CORRIGIDOS E COMPENSADOS, UTILIZANDO A ESCALA DB (A) NO MODO FAST. ITENS INCLUSOS: PROTETOR DE VENTO, ADAPTADOR AC/DC, CABO USB/MINI USB, CD DE INSTALAÇÃO DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO, CHAVE DE AJUSTE DA MEDIÇÃO, CONECTOR P2 ESTÉREO PARA SAÍDA AC/DC E MALETA PARA ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE	141160	UNIDADE	6	1.099,42	6.596,52
19	DESTILADOR LABORATÓRIO	DESTILADOR DE ÁGUA: MATERIAL DE AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE 10 L/H, VOLTAGEM 220V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM DISPOSITIVO ELETROMECÂNICO PARA DESLIGAMENTO NA FALTA DE ÁGUA; APLICAÇÃO LABORATÓRIO.	253329	UNIDADE	3	1.875,87	5.627,61
20	DESUMIDIFICADOR	DESUMIDIFICADOR: VOLTAGEM 220V, CAPACIDADE AMBIENTE COM 500M³. POTÊNCIA COMPRESSOR 360W. CAPACIDADE DO COMPRESSOR: 1/3HP. CORRENTE (A): 2,3A - 60 HZ. ELEMENTO RESFRIAMENTO: COMPRESSOR GÁS. REFRIGERANTE COMPRESSOR: R134A. PRESSÃO MÁX. DESCARGA: 1,5MPA. PRESSÃO MÁX. SUÇÃO: 1,0 MPA. RESERVATÓRIO DESUMIDIFICADOR (L): 4L.CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONDENSÇÃO 6 A 8 LITROS ÁGUA/ 24H/CIRCULAÇÃO 500M³.	439371	UNIDADE	3	2.694,27	8.082,81
21	AERONAVES TELEGUIADAS	DRONE PARA USO APLICADO À TOPOGRAFIA: PARA FOTOGRAMETRIA COM DRONES, AERONAVE TELEGUIADA COM RESOLUÇÃO DE CÂMERA DE 20 MP, VÍDEO 4K 60FPS, TAMANHO DIAGONAL (EXCLUINDO HÉLICES) DE 350MM, CAPACIDADE MÁXIMA DE VELOCIDADE DE DECOLAGEM MODO SPORT DE 6M/S. MODO GPS: 5M/S MÁXIMA. VELOCIDADE DE DESCIDA: MODO SPORT: 4M/S. MODO GPS: 3M/S. VELOCIDADE MÁXIMA: 72 KM/H (MODO SPORT). 58 KM/H (MODO-A). 50 KM/H (MODO-P) ÂNGULO MÁXIMO DE INCLINAÇÃO: 42° (MODO SPORT), 35° (MODO-A), 25° (MODO-P). VELOCIDADE ANGULAR MÁXIMA: 250°/S (MODO SPORT). 150°/S (MODO-A). TETO MÁXIMO DE SERVIÇO ACIMA DO NÍVEL DO MAR: 19685 PÉS (6000M). TEMPO MÁXIMO	191550	UNIDADE	1	11.602,20	11.602,20



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

		DE VOO: APROX. 30 MINUTOS TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0°C A 40°C. SISTEMAS DE POSICIONAMENTO POR SATÉLITE: GPS E GLONASS. FAIXA DE PRECISÃO DO GPS: VERTICAL: $\pm 10\text{CM}$ (COM POSICIONAMENTO DA VISÃO). COM 2 BATERIAS EXTRAS E CONTROLE C/ TELA INTEGRADA DE NO MÍNIMO 5.5". VALE RESSALTAR QUE O EQUIPAMENTO SERÁ UTILIZADO PARA ESTUDOS DOS LABORATÓRIOS DE TOPOGRAFIA, DE SANEAMENTO AMBIENTAL E HIDROLOGIA, MEDIANTE A CAPTURA DE INFORMAÇÕES DE OBJETOS EM SOLO SEM CONTATO DIRETO ENTRE ESTE E O SENSOR, OU SEJA DE FORMA REMOTA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.					
22	CONJUNTO INSTRUÇÃO, TIPO MATERIAL DIDÁTICO, COMPONENTES PAINEL DE FORÇAS VERTICAL/TRIPÉ/SISTEMA MASSA/MOLA, FINALIDADE AULAS PRÁTICAS DE FÍSICA, MECÂNICA ESTATICA	EMPUXÔMETRO: DESTINADO A ESTUDAR POR MEIO DE PROCEDIMENTOS EXPERIMENTAIS O EMPUXO E O PRINCÍPIO DE ARQUIMEDES. COMPOSTO POR: DINAMÔMETRO TUBULAR; MUFA COM HASTE; HASTE METÁLICA PARA ACOPLAMENTO À BASE; BASE COM SAPATAS NIVELADORAS; CILINDRO DE ARQUIMEDES DE NYLON; CORPO DE PROVA CILÍNDRICO DE NYLON, COM GANCHO PARA SUSPENSÃO; CORPOS DE PROVA DE MATERIAIS DISTINTOS; COPO BECKER.	440873	UNIDADE	6	375,00	2.250,00
23	ESTACAO TOTAL DE TOPOGRAFIA	ESTAÇÃO TOTAL: ZOOM 35, PRECISÃO 2", DUPLO DISPLAY C/ MENU PORTUGUÊS, ALCANCE 3500 M, 1 PRISMA ATÉ 1000 M, COM PONTO LASER VISÍVEL, PRUMO LASER INCORPORADO, COMUNICAÇÃO BLUETOOTH, USB E SERIAL, CARREGADOR, BATERIA, MALETA, PEN DRIVE, CABO DE TRANSFERÊNCIA. MEMÓRIA INTERNA PARA O MÍNIMO DE 10.000 PONTOS OU 20.000 COORDENADAS; COMPENSAÇÃO CENTRALIZADA NOS QUATRO EIXOS; PARAFUSOS DE CHAMADA TANGENCIAIS COM ROSCA SEM FIM; PRUMO LASER INCORPORADO NA ALIDADE E COM AJUSTE DE INTENSIDADE; GUIA LUMINOSO INCORPORADO PARA AUXILIAR NA LOCAÇÃO DE OBRAS E LEVANTAMENTOS FORMATOS DE SAÍDA DE DADOS DO FABRICANTE.	102687	UNIDADE	2	15.094,11	30.188,22
24	FURADEIRA	FURADEIRA INDUSTRIAL: FURADEIRA, TIPO INDUSTRIAL, POTÊNCIA 1.000, TAMANHO MANDRIL 5/8, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 220, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2 VELOCIDADES, EMBREAGEM SEGURANÇA, REVERSÍVEL E CO, VELOCIDADE 1.000	334091	UNIDADE	2	1.013,63	2.027,26
25	GERADOR FORMA DE ONDA	GERADOR DE FORMA DE ONDA: CANAL DE SAÍDA: 1 CANAL. FAIXA DE FREQUÊNCIAS 1UHZ ~5MHZ RESOLUÇÃO VERTICAL 14 BITS FORMAS DE ONDA SENOIDAL, QUADRADA, RAMPA, PULSAÇÃO E RUÍDO FORMA DE ONDA ARBITRÁRIA DEFINIDA PELO USUÁRIO. DISPLAY LCD 4" (480X320 PIX) TFT FREQUÊNCIA AMOSTRAL 125 MSA/S SAÍDA 1MVPP A 12,5VPP EM 50 OHMS (25VPP EM ALTA IMPEDÂNCIA) IMPEDÂNCIA DE SAÍDA 50 OHMS DEMONSTRA A FORMA DE ONDA GERADA NO DISPLAY TECNOLOGIA DDS -/ COMUNICAÇÃO USB.	42714	UNIDADE	3	2.007,30	6.021,90
26	GERADOR DE VAN DE GRAAFF	GERADOR DE VAN DE GRAAFF: GERADOR ELETROSTÁTICO TIPO VAN DER GRAAFF, CAPACIDADE 200KV, ESFERA COM 18CM DE DIÂMETRO E REMOVÍVEL COM CONEXÕES PARA ATERRAMENTO, SUSTENTAÇÃO DA ESFERA EM ACRÍLICO E ARTICULÁVEL COM 45CM DE ALTURA, MOTOR DE 118 DE HP 220V, CONFORME A SUA REDE LOCAL DE UTILIZAÇÃO E QUE MOVIMENTA A CORREIA DE BORRACHA 6CM DE LARGURA POR INTERMÉDIO DE 4 POLIAS (19MM DE DIÂMETRO), CONTROLE ELETRÔNICO	447030	UNIDADE	3	2.207,46	6.622,38



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

		DE VELOCIDADE DE ROTAÇÃO DO MOTOR, O GERADOR É FIXO EM UMA BASE METÁLICA, CUBA DE VIDRO, SETE ELETRODOS DOIS FIXADORES DE ELETRODOS, DOIS CABOS DE LIGAÇÕES E TORNQUETE ELETROSTÁTICO					
27	LAVADOR DE PIPETAS	LAVADOR DE PIPETAS: LAVADORA LABORATÓRIO, MATERIAL PVC, CAPACIDADE ATÉ 4 PEÇAS, COMPONENTES C/ CESTO PERFURADO, ADICIONAL P/ PIPETAS, DIMENSÕES CERCA DE 15 X 70CM	420491	UNIDADE	16	852,61	13.641,76
28	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL: ALTA ROTAÇÃO, C/ 5 VELOCIDADES, FUNÇÃO PULSAR, BIVOLT OU 220V, CORPO INOX DE ALTA RESISTÊNCIA, 4L POTÊNCIA: 1200W. ROTAÇÃO: 18.000 RPM. CONSUMO: 1,2 KW/H. ALTURA: 62CM. LARGURA: 21CM.PROFUNDIDADE: 26CM. GARANTIA 6 MESES.	150116	UNIDADE	3	621,79	1.865,37
29	LIXADEIRA MANUAL	LIXADEIRA DE BANCADA: CONTROLE DIGITAL DA VELOCIDADE VARIÁVEL, FUNÇÃO POLIMENTO E LIXAMENTO, IRRIGADOR COM CONTROLE DE VAZÃO, ANEL DE FIXAÇÃO, TENSÃO 220V, TIPO ANGULAR, GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES	32166	UNIDADE	2	5.339,20	10.678,40
30	LIXADEIRA MANUAL	LIXADEIRA PORTÁTIL: INDUSTRIAL/ELÉTRICA, ANGULAR PROFISSIONAL, POTENCIA MÍNIMA DE 1100W, ROTAÇÃO MÍNIMA DE 2.500 RPM, KIT DE CHAVES PARA TROCA DO DISCO, 220V, MANUAL DE INSTRUÇÕES, DISCO DE LIXAS, EMPUNHADEIRA AJUSTÁVEL, PINO TRAVA DO EIXO, INTERRUPTOR DE SEGURANÇA, GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES	32166	UNIDADE	3	520,11	1.560,33
31	LUXÍMETRO	LUXÍMETRO DIGITAL: DISPLAY LCD/CONTAGEM: 3 1/2 DÍGITOS/2000. FAIXA DE MEDIDA: 2000/20000/100000LUX. RESPOSTA ESPECTRAL: FOTÓPICA CIE. VALOR CORRIGIDO: REGRA DO COSSENO. SENSOR: FOTODIODO DE SILÍCIO. PRECISÃO BÁSICA: 4%. ALIMENTAÇÃO: 1X9V. DIMENSÕES (MM): 130X72X30.	71790	UNIDADE	6	239,00	1.434,00
32	MACACO HIDRAULICO PORTATIL	MACACO HIDRÁULICO: MACACO TIPO JACARÉ 2 TONELADAS LONGO COM RODA DE FERRO. CAPACIDADE MÍNIMA: 2 TONELADAS; COMPRIMENTO MÍNIMO: 1300MM; LARGURA APROXIMADA: 150MM; ALTURA MÁXIMA DE ELEVAÇÃO: 600MM; ALTURA MÁXIMA REBAIXADO: 140MM; COM CABO ALTAMENTE RESISTENTE; PRATO DE APOIO EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA COM GARRAS QUE IMPEDEM O ESCORREGAMENTO; PEDAL DE RÁPIDO ACIONAMENTO; RODÍZIO DE FERRO DE ALTA RESISTÊNCIA. ACABAMENTO EM PINTURA EM EPÓXI. RODAS DE POLIURETANO. CABO COM MANETE. GARANTIA DE 12 MESES.	32808	UNIDADE	2	753,77	1.507,54
33	MEDIDOR BANCADA DIGITAL	MEDIDOR DE BANCADA DBO: MEDIDOR BANCADA, TIPO DIGITAL, FAIXA OPERAÇÃO 0 A 35; 0 A 70; 0 A 350 E 0 A 700 MG/L, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 115/230 VCA, FREQUÊNCIA 50/60 HZ, CAPACIDADE 6 GARRAFAS DE 473ML, FINALIDADE DETERMINAÇÃO DE DBO- DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM SAÍDA TIPO RS232C PARA ANÁLISE DOS DADOS DE C O, APLICAÇÃO LABORATORIAL.	251037	UNIDADE	3	980,00	2.940,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

34	MICROSCOPIO	MICROSCÓPIO: MICROSCÓPIO SISTEMA ÓTICO: CFI AUMENTOS: 40X 1000X ILUMINAÇÃO: LED COM VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 60.000 (SESSENTA MIL) HORAS. UNIDADE LC (LENTE DE CAMPO) TUBO: BINOCULAR E2-TB (INCLINAÇÃO DE 300, TIPO SIEDENTOPF, COM AJUSTE DE DISTÂNCIA INTERPUPILAR DE 47-75 MM). OCULARES: E1-CFI 10X (F.O.V.: 18 MM) DE CAMPO. PLATINA: MECÂNICA RETANGULAR DE 155 X 134MM E ÁREA DE TRABALHO DE 76 X 40MM-AUMENTOS: 40X 1000X / FOCO: FINO/GROSSO MOVIMENTO DO FOCO GROSSO 37.7MM MOVIMENTO DO FOCO FINO 0.2MM COM ESCALA GRADUADA COM INCREMENTOS DE 2 M. COM AJUSTE DO MACROMÉTRICO/MICROMÉTRICO E DO CHARIOT. VOLTAGEM 220V.	440734	UNIDADE	3	4.033,00	12.099,00
35	MISTURADOR TIPO PLANETÁRIO	MISTURADOR TIPO PLANETÁRIO: CAPACIDADE 20, PÁ TIPO RAQUETE COM 3 VELOCIDADES (125-220-450 RPM DA PA), 220V, ACOMPANHA CUBA COM AQUECIMENTO CONTROLADO POR MEIO INDICADOR DIGITAL. DESCARREGAMENTO POR SAÍDA INFERIOR COM DIÂMETRO DE 5 CM. ADEQUADO PARA MISTURAS ASFALTICAS. GARANTIA 12 MESES.	359082	UNIDADE	2	21.525,00	43.050,00
36	MULTÍMETRO	MULTÍMETRO DIGITAL PORTÁTIL: DISPLAY LCD, MEDIÇÃO DE RESISTÊNCIA, PAR DE PONTAS DE PROVA. COM FUSÍVEL DE PROTEÇÃO, TESTE DE LINHA VIVA, LCD DE 3 ½ DÍGITOS COM ILUMINAÇÃO DE FUNDO. FUNÇÃO DE CONGELAMENTO DA LEITURA, MUDANÇA DE FAIXA MANUAL E INDICAÇÃO SONORA DE TESTE CONTINUIDADE (BIP). CAPAZ DE REALIZAR MEDIDAS DE TENSÃO DC E AC, CORRENTE DC, RESISTÊNCIA, HFE DE TRANSISTOR, DIODO E CONTINUIDADE. TAXA DE AMOSTRAGEM: 3 VEZES/S, INDICAÇÃO DE BATERIA FRACA E DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO. COM MALETA PARA TRANSPORTE.	67601	UNIDADE	16	69,60	1.113,60
37	OSCILOSCÓPIO	OSCILOSCÓPIO DIGITAL: OSCILOSCÓPIO DIGITAL BANDA 100MHZ; 02 CANAIS; 220V; TAXA DE AMOSTRAGEM MÍNIMA 2 GS /S POR CANAL SIMULTANEAMENTE PARA MEDIDAS EM TEMPO REAL; 2 DIGITALIZADORES INDEPENDENTES; TELA DE CRISTAL LÍQUIDO COLORIDO WVGA MÍNIMA DE 7 POLEGADAS QVGA; RESOLUÇÃO VERTICAL 8 BITS; SENSIBILIDADE VERTICAL DE 2MV A 5V/SIV NAS ENTRADAS BNC; MÁXIMA TENSÃO ENTRE O SINAL E REFERÊNCIA TERRA NA ENTRADA BNC DE 300VRMS CAT II; COMPRIMENTO DE REGISTRO MÍNIMO DE 2500 AMOSTRAS; FAIXA DE BASE DE TEMPO DE 5 NS A 50 S/DIV; INTERPOLAÇÃO DA FORMA DE ONDA TIPO SENO X/X.	42528	UNIDADE	6	2.410,47	14.462,82
38	PAQUÍMETRO DIGITAL	PAQUÍMETRO DIGITAL: MATERIAL: AÇO INOX. FAIXA DE MEDIÇÃO: 0-150MM /0 - 6 POLEGADAS. RESOLUÇÃO: 0.01MM /0.0005 POLEGADA. SISTEMAS DE MEDIÇÃO: MILÍMETROS E POLEGADAS (INCHES). COM ESTOJO PLÁSTICO. MEDIÇÃO EXTERNA, INTERNA, PROFUNDIDADE E RESSALTO. ALIMENTAÇÃO: 1 BATERIA 1,5V. FUNÇÕES DO DISPLAY DIGITAL: LIGAR/DESLIGAR, ZERAR, ALTERNAR SISTEMA DE MEDIDA. DIMENSÕES DO PAQUÍMETRO: 23 X 8 X 1CM. DIMENSÕES DO ESTOJO: 25 X 9 X 3CM.	70793	UNIDADE	12	99,71	1.196,52



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

39	PARAFUSADEIRA ELETRICA PORTATIL	PARAFUSADEIRA DE IMPACTO: PARAFUSADEIRA À BATERIA RESUMO DAS ESPECIFICAÇÕES, TORQUE, MÁX. (EM MATERIAIS DUROS): 6 NM, TORQUE, MÁX. (EM MATERIAIS MACIOS): 55 NM, Nº DE ROTAÇÕES SEM CARGA: 0 - 700 R.P.M., Nº DE ROTAÇÕES EM VAZIO (1ª VELOCIDADE /2ª VELOCIDADE): 0-700 R.P.M. CAPACIDADE DO MANDRIL: 6MM, VOLTAGEM DA BATERIA: 12V, PESO INCL. BATERIA: 0,9 KG, COMPRIMENTO: 186MM, LARGURA: 73MM, ALTURA: 18 MM, ENCAIXE PARA ACESSÓRIO MANDRIL DE TRÊS MORDAÇAS, DIÂMETRO DE PERFURAÇÃO, Ø MÁX. DE PERFURAÇÃO EM MADEIRA: 10MM, Ø MÁX. DE PERFURAÇÃO EM AÇO: 6 MM, Ø DO PARAFUSO, Ø MÁXIMO DO PARAFUSO: 6MM, ALIMENTAÇÃO, VOLTAGEM: BIVOLT, BATERIA LÍTIO. COM 2 BATERIAS BIVOLT E MALETA.	91057	UNIDADE	3	248,68	746,04
40	PLAINA, NOME PLAINA	PLAINA ELÉTRICA PORTÁTIL: EMPUNHADURA FRONTAL, EMPUNHADURA ADICIONAL AJUSTÁVEL, ROLAMENTADA, GATILHO ERGONÔMICO, C/ AJUSTE DE PROFUNDIDADE, BAIXO NÍVEL DE RUÍDO E VIBRAÇÃO, MÍNIMO DE 700W E 15.000 RPM, TENSÃO DE 220V, LARGURA DO CORTE MÍNIMO DE 82MM, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE CORTE ATÉ 3MM, CORPORAÇÃO E BOTÕES INJETADOS, CABO ELÉTRICO DE 2M, GATILHO DE SEGURANÇA, LÂMINA, GUIA, CHAVE T CANHÃO PARA REMOÇÃO DA LÂMINA E GARANTIA DE 12 MESES.	8257	UNIDADE	3	638,07	1.914,21
41	PRENSA HIDRAULICA MOTORIZADA TRANSVERSAL	PRENSA HIDRÁULICA: CAPACIDADE ATÉ 100T, VÁLVULA DE SOBRECARGA, PISTÃO DE RETORNO AUTOMÁTICO, MESA DE TRABALHO AJUSTÁVEL, PRENSA AUXILIAR DE 15T, MOTORIZADA TRANSVERSAL E GARANTIA DE 12 MESES	18643	UNIDADE	2	12.055,25	24.110,50
42	PONTE ROLANTE PEÇAS/ACESSÓRIOS,	PONTE ROLANTE: C/ AUTOMAÇÃO, PEÇAS/ ACESSÓRIOS, VIGA ÚNICA, C/ CAPACIDADE MÍNIMA 10KN, ALCANCE DE VÃO ATÉ 13 METROS, ELEVAÇÃO ATÉ 6 METROS, CABECEIRA P/ A PONTE, BRAÇO GIRATÓRIO, DINAMÔMETRO/BALANÇA SUSPensa, MECANISMO DE ELEVAÇÃO POR TALHA ELÉTRICA, VELOCIDADE DE ELEVAÇÃO ATÉ 18M/MIN, SISTEMA CARRO GUINCHO, CONTROLE REMOTO, EQUIPAMENTO PARA ELEVAÇÃO/MOVIMENTAÇÃO DE CARGA, GUINCHOS, BOTOEIRA, CAMINHO DE ROLAMENTO C/ COMPRIMENTO SUFICIENTE PARA USO DO LABORATÓRIO DE ESTRUTURAS E DE CONSTRUÇÃO, OU SEJA, C/ TODOS OS COMPONENTES NECESSÁRIOS P/ O SEU FUNCIONAMENTO. O IÇAMENTO DA PONTE ROLANTE É REALIZADO NO CENTRO DA VIGA POR TALHA ELÉTRICA QUE UTILIZA CABO DE AÇO PARA ELEVAÇÃO DAS CARGAS, PROJETADA PARA ATUAR NA PONTE POR UMA ÚNICA VIGA PRINCIPAL. O MOVIMENTO DE TRANSLAÇÃO OCORRE NA SUPERFÍCIE INFERIOR DA VIGA, TIPO CARRO-GUINCHO. TAMBÉM POSSUI TOMADA MÚLTIPLA QUE FACILITA A MANUTENÇÃO NA TROCA DE COMPONENTE. MONTAGEM NO LOCAL, GARANTIA.	150615	UNIDADE	1	165.000,00	165.000,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

43	REFRIGERADOR DE LABORATÓRIO	REFRIGERADOR DE LABORATÓRIO, TIPO TIPO CÂMARA CONSERVAÇÃO COM TEMPERATURA REGULADA, FAIXA TEMPERATURA INTERNA FAIXA DE 2 A 8°C, TIPO COMANDO PAINEL DE CONTROLE DIGITAL, TIPO ALARME ALARME AUDIOVISUAL AJUSTÁVEL (ALTA/BAIXA TEMPERAT), TIPO CONTROLE CONTROLE DE TEMPERATURA MICROPROCESSADO, TIPO SINALIZADOR DISPLAY DIGITAL DE TEMPERATURA, TIPO SENSOR SENSOR IMERSO EM LÍQUIDO, TIPO PORTA PORTA DE VIDRO COM SISTEMA ANTI-EMBAÇANTE, CAPACIDADE MÍNIMA CAPACIDADE MÍNIMA DE 340 LITROS, TIPO REVESTIMENTO REVESTIMENTO INTERNO AÇO, PRATELEIRAS REGULÁVEIS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CIRCULAÇÃO DE AR FORÇADA, ILUMINAÇÃO INTERNA, TIPO FECHAMENTO PORTAS PORTA COM CHAVEAMENTO.	271362	UNIDADE	2	7.425,00	14.850,00
44	SERRA CIRCULAR INDUSTRIAL	SERRA DE BANCADA: SERRA CIRCULAR INDUSTRIAL C/ SUPORTE MULTI-FUNÇÃO, POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.500W, ROTAÇÃO A PARTIR DE 3.600 RPM, DIÂMETRO APROXIMADO DO DISCO 185MM, TENSÃO ELÉTRICA 220V, BASE INCLINÁVEL EM ATÉ 48° E ROBUSTA PLACA-BASE EM AÇO COM DUPLA FIXAÇÃO, ACOMPANHA DISCO DE SERRA DE 24 DENTES, GUIA PARALELO E GARANTIA DE 12 MESES	16292	UNIDADE	2	1.006,62	2.013,24
45	SERRA CIRCULAR INDUSTRIAL	SERRA PORTÁTIL: SERRA CIRCULAR INDUSTRIAL C/ DUPLA ISOLAÇÃO, EMPUNHADURA EMBORRACHADA, FUNÇÃO SOPRADOR, TENSÃO 220V, POTENCIA MÍNIMA DE 1.600, ROTAÇÕES MÍNIMAS POR MINUTO DE 5.200RPM, GUIA DE ALINHAMENTO, CHAVE SEXTAVADA, LÂMINA DE SERRA E GARANTIA DE 12 MESES	16292	UNIDADE	3	644,33	1.932,99
46	TERMÔMETRO DIGITAL PORTÁTIL	TERMÔMETRO, TIPO DIGITAL, FAIXA MEDIÇÃO TEMPERATURA - 50°C A 300, APLICAÇÃO ALIMENTOS, MATERIAL PLÁSTICO E AÇO INOX, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO ESPETO DIGITAL, COM LEITOR LCD A PROVA D'ÁGUA, PRECISÃO 1	432668	UNIDADE	6	183,00	1.098,00
47	TRANSFORMADOR CORRENTE	TRANSFORMADOR: DE POTÊNCIA A SECO 1KV A 25KV, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS POTÊNCIA 1KV, VOLTAGEM 440/220VCA	14095	UNIDADE	1	3.395,27	3.395,27
48	TRENA ELETRÔNICA DIGITAL	TRENA A LASER: TRENA ELETRÔNICA, TIPO DIGITAL, MÉTODO DE MEDIÇÃO A LASER, ALCANCE 100, TIPO VISOR CRISTAL LÍQUIDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FUNÇÃO TRILHA/MEDIDAS CONTÍNUAS/ADAPTÁVEL A TRIPE	253906	UNIDADE	6	702,67	4.216,02
49	TRENA DE RODA DIGITAL	TRENA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DESCANSO PARA RODA/BOTÃO RESET ZERAR CONTAGEM, TIPO RODA ANALÓGICA, PRECISÃO 0,1, CABO DOBRÁVEL EM ALUMÍNIO, DIÂMETRO RODA 32, MODELO 31-40M, ALCANCE ATÉ 9.999,9, VISOR ANALÓGICO COM 5 DÍGITOS	376849	UNIDADE	3	314,04	942,12
50	TRILHO, NOME TRILHO	TRILHO COLCHÃO DE AR: COMPOSTO POR: 1 CRONÔMETRO DIGITAL, COM DISPLAY LCD, COM RESOLUÇÃO DE PELO MENOS 50 MICROSSEGUNDOS (0.00005S), COM PELO MENOS 5 ENTRADAS/SAÍDAS DIGITAIS PARA CONEXÃO DE ATÉ 5 SENSORES FOTOELÉTRICOS, COM TECLAS DE COMANDO, COM PROTEÇÃO CONTRA CURTO-CIRCUITO, COM FUNÇÕES DE MEDIÇÃO DO INTERVALO DE TEMPO ENTRE OS SENSORES, MEDIÇÃO DE VELOCIDADE, ACELERAÇÃO, VELOCIDADE ANGULAR E ACELERAÇÃO ANGULAR; - 01 TRILHO DE ALUMÍNIO DE PELO MENOS 1200MM DE COMPRIMENTO. - 05 SENSORES FOTOELÉTRICOS OU ÓPTICOS; - SUPORTES METÁLICOS PARA SENSOR; - 01 BOBINA OU ELETROÍMÃ DE LARGADA.	150444	UNIDADE	3	3.730,00	11.190,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

		PERMITE REALIZAR DEMONSTRAÇÕES DO MOVIMENTO DE CORPOS ONDE O ATRITO É DESPREZÍVEL, PARA EXPERIMENTOS FÍSICOS DE CINEMÁTICA E DINÂMICA.					
51	TRIFE PARA EQUIPAMENTO DE TOPOGRAFIA: TRIFE PARA EQUIPAMENTO DE TOPOGRAFIA, NOME TRIFE PARA EQUIPAMENTO DE TOPOGRAFIA	TRIFE PARA EQUIPAMENTO DE TOPOGRAFIA: CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS C/ TRAVAS BORBOLETAS E ALAVANCA, TRAVA RÁPIDA, PERNAS EXTENSÍVEIS, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ RESISTENTE AO DESGASTE, COM ENCAIXE UNIVERSAL, PODENDO SER SUPORTE PARA ESTAÇÃO TOTAL, NÍVEL, TEODOLITO E BASES NIVELANTES, ALÉM DE PASSES PARA O SISTEMA GNSS RTK	102636	UNIDADE	2	389,66	779,32
52	QUADRO BRANCO, NOME QUADRO BRANCO	CONJUNTO DE QUADROS DIDÁTICOS: TIPO QUADRO TRIGONOMÉTRICO, DESTINADO AO ESTUDO DO GRAU, RADIANO, QUADRANTES, SENOS, COSSENO, TANGENTE, CÍRCULO TRIGONOMÉTRICO, PRODUTO NOTÁVEL, SOMA DE DOIS TERMOS, DIFERENÇA DE DOIS TERMOS, TEOREMA DE PITÁGORAS, TEOREMA DE TALES, INTERSEÇÃO, RAZÃO E PROPORÇÃO, TRIÂNGULOS SEMELHANTES, LINHAS POLIGONAIS, POLÍGONOS RETÂNGULO, QUADRILÁTEROS E TRILÁTEROS, PERÍMETRO, ÁREA, ETC. COMPRIMENTO: 50 CM, LARGURA: 2,5 CM, ALTURA: 50 CM	140805	UNIDADE	4	1.096,10	4.384,40
TOTAL ESTIMADO DA AQUISIÇÃO: R\$ 616.412,54 (SEISCENTOS E DEZESSEIS MIL, QUATROCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)							



2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O presente termo tem por finalidade **definir a aquisição de equipamentos e materiais para os laboratórios do IEA/Unifesspa**, listados na tabela do item 1.1 deste documento, em atendimento aos requisitos dispostos pelo Sistema de Avaliação da Educação Superior que considera essencial a aquisição dos materiais discriminados em tabela para a efetiva implantação e estruturação de instalações mínimas de laboratórios do curso de Engenharia Civil e os de uso compartilhado com o curso de Licenciatura em Matemática. Os laboratórios equipados permitem a realização de atividades práticas e a experimentação do cotidiano, melhorando o aprendizado dos conceitos básicos adquiridos e contribuindo de maneira sólida na formação dos discentes dos Cursos de Engenharia Civil e de Licenciatura em Matemática.

2.2 A aquisição dos materiais listados, no item 1.1 deste documento, é necessária em atendimento aos requisitos mínimos para implantação, estruturação e funcionamento de laboratórios de ensino dos Cursos de **Engenharia Civil** e **Licenciatura em Matemática**. Dessa forma, estes laboratórios didáticos atenderá as disciplinas básicas, as profissionalizantes, as específicas, núcleo de integração, e até as disciplinas optativas da grade curricular.

2.3 O Curso de **Engenharia Civil** comporta os seguintes laboratórios de ensino:

2.3.1. **Laboratório de Mecânica dos Solos, Estruturas e Construção:** O laboratório está voltado a experimentação relacionada a atividades de ensino, pesquisa e extensão mediante aulas práticas, estudos sobre o comportamento dos solos, de estruturas, da construção e ensaios mecânicos de avaliação de desempenho de materiais e elementos construtivos. O laboratório pode atender as seguintes disciplinas: Ciência dos Materiais, Noções de Arquitetura e Urbanismo, Materiais de Construção Civil, Mecânica dos Solos I, Tecnologia da Construção Civil I, Concretos e Argamassas, Tecnologia da Construção Civil II, Mecânica dos Solos II, Ensaio de Estruturas e Materiais, Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II.

2.3.2. **Laboratório de Hidráulica, Hidrologia e Mecânica dos Flúidos:** O laboratório está voltado para aulas e atividades práticas para apresentação e experimentação dos conteúdos teóricos aos estudantes do curso de Engenharia Civil na área temática da hidrologia, mecânica dos flúidos e hidráulica considerando normas de segurança. Os equipamentos deste laboratório também podem ser utilizados de modo compartilhado com o Laboratório de Saneamento Ambiental. O laboratório atenderá as seguintes disciplinas: Mecânica dos Flúidos, Hidrologia e Drenagem, Hidráulica Aplicada e Sistemas Prediais Hidrossanitários.

2.3.3. **Laboratório de Segurança do Trabalho, Topografia e Geoprocessamento:** As atividades previstas com a abordagem sobre a Segurança do Trabalho estão voltadas as práticas referentes à prevenção e ao controle de riscos ambientais que venham a existir no ambiente de trabalho. O laboratório atenderá as seguintes disciplinas: Topografia, Segurança na Construção Civil, Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II.

2.3.4. **Laboratório de Eletricidade e Instalações Elétricas:** Este laboratório engloba experimentos que facilitam o entendimento dos conceitos, assim como a prática das instalações elétricas prediais. Sendo possível mediante a utilização de equipamentos específicos para o funcionamento de um laboratório didático de elétrica com recursos didáticos, técnicos e científicos necessários para o aprendizado prático dos conhecimentos teóricos apresentados em sala de aula. Esse espaço propicia a aplicação de vários conhecimentos pertinentes a Engenharia. O laboratório atenderá as seguintes disciplinas: Eletrotécnica Geral e Projetos Elétricos.

2.3.5. **Laboratório de Saneamento Ambiental:** Este laboratório é dedicado ao ensino, aprendizado, estudo e pesquisa das disciplinas de diferentes períodos do curso de Engenharia Civil considerando a prática de competências, fundamentos e controle de projetos. O local permite a avaliação de técnicas de planejamento urbano de modo comparativo entre teoria e realidade, com ensaios e cálculos que mostrem o desempenho dos estudos. O laboratório atenderá as seguintes disciplinas: Noções de Arquitetura e Urbanismo, Introdução à Engenharia Ambiental, Prática Integrada I, Hidrologia e Drenagem, Prática Integrada II, Sistemas de Saneamento Ambiental, Impactos Ambientais de Obras Cíveis, Engenharia de Tráfego, Engenharia Urbana, Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Prática Integrada III.



2.3.6. **Laboratório de Química:** Neste laboratório pode-se realizar e verificar as propriedades e as reações químicas dos materiais. O local deve estar adequado para as aulas práticas com o uso de soluções e reagentes observando as normas de segurança. O objetivo é a promoção da prática na formação dos discentes, incorporando experimentos que reflitam os conceitos de química relativo as tecnologias da construção. O laboratório atenderá as seguintes disciplinas: Química Geral Teórica, Química Geral Experimental e Química Tecnológica.

2.2. E a **Licenciatura em Matemática** com uso compartilhado com a **Engenharia Civil** comportam os seguintes laboratórios de ensino:

2.4.1. **Laboratório de Informática:** O laboratório atenderá as seguintes disciplinas: Desenho por Computador, Cálculo Numérico, Estatística Aplicada à Engenharia, Métodos de Soluções de Equações Diferenciais, Planejamento e Controle de Obras, Orçamento de Obras, Informática Aplicada à Engenharia Civil, Noções de BIM.

2.4.2. **Laboratório de Física:** A Física trabalha em uma constante relação de cooperação entre observação, formulação teórica e prática experimental e nenhum desses elementos pode estar ausente no processo de seu desenvolvimento e construção da realidade. A aquisição de materiais para implantar e estruturar o laboratório de Física é necessária para que os docentes possam realizar aulas experimentais para mostrar os fenômenos físicos envolvidos nos experimentos, confirmando as teorias. Essas aulas práticas melhoram o aprendizado dos conceitos básicos e contribui na formação do acadêmico. O laboratório atenderá as seguintes disciplinas: Física Geral I, Física Geral II, Física Geral III, Física IV, Mecânica – Dinâmica e Física Experimental.

2.4.3. **Laboratório de Matemática:** Tem a finalidade de proporcionar vivência e aplicação ao acadêmico com relação aos referenciais teóricos propostos pelas disciplinas. Ou seja, permite a aplicação direta de recurso tecnológico como procedimento didático. O laboratório atenderá as seguintes disciplinas: Cálculo e Geometria Analítica I, Cálculo e Geometria Analítica II, Cálculo Numérico, Métodos e Soluções de Equações Diferenciais, Estatística Aplicada a Engenharia.

2.3. Os itens poderão ser aceitos se apresentarem características similares ou superiores a descrição na tabela 1.1, à critério do IEA/UNIFESSPA.

2.6 O objetivo da presente aquisição é possibilitar a realização de experimentos para aplicar na prática os conceitos teóricos ministrados nas disciplinas dos **Núcleos de Conhecimento Básico, Profissionalizante e Específico** do curso de Engenharia Civil e Licenciatura em Matemática.

3 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

4 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do (a) recebimento da Autorização de Fornecimento e Empenho, em remessa parcelada. Os materiais referentes a UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – UNIFESSPA deverão ser entregues no Almoxarifado da Unifesspa, localizado na Rua Geraldo Ramalho, 33, Centro, cidade de Santana do Araguaia/PA, CEP 68560-000, no horário de 08:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 18:00 horas. Fone: 094 2101-5937.

4.2 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 10 (dez) dias, ou a (metade, um terço, dois terços, etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.3 Os bens serão recebidos provisoriamente imediatamente, após efetuada a entrega para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta pelo (a) responsável pela elaboração do mesmo.

4.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos



no prazo de 05(cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 São obrigações da Contratante:

5.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

6.1.1.1 *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

6.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;



- 6.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7 DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9 CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 9.1 Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
 - 9.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
 - 10.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 10.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 10.1.3 fraudar na execução do contrato;
 - 10.1.4 comportar-se de modo inidôneo;
 - 10.1.5 cometer fraude fiscal;
 - 10.1.6 não mantiver a proposta.
- 10.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 10.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;



- 10.2.2 multa moratória de 0,5% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20(vinte) dias;
- 10.2.3 multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 10.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 10.2.5 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 10.2.6 impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 10.2.7 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 10.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 10.3.1 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.3.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.3.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 10.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Elaborado por: Raniere de Aguiar Gonçalves
SIAPE 1297525
Assistente em Administração
Instituto de Engenharia do Araguaia-IEA.

Elaborado por: Cláudia Queiroz Vasconcelos
SIAPE 1985610
Professora Drª em Arquitetura e Urbanismo
CURSO DE ENGENHARIA CIVIL
Instituto de Engenharia do Araguaia-IEA.

Aprovado por:

Manolo Rodriguez Heredia
SIAPE 2384248
Diretor-Geral em exercício
Portaria 1468/2018 - Reitoria
Instituto de Engenharia do Araguaia-IEA



ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ref.: Pregão Eletrônico nº 57/2018
Processo Administrativo nº 23479.011677/2018-90

À UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

1. Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico em referência, apresentamos nossa proposta de preços relativo ao(s) GRUPO(S)/ITEM(NS) _____ abaixo especificado(s), conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, e nas condições que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
Total _____					

2. Prazo de validade da proposta: _____.

3. Estão inclusos nos preços todos os custos operacionais e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, frete, encargos previdenciários, trabalhistas e outros.

4. Nos valores das tarifas já estão inclusos os impostos e as taxas, quando aplicáveis, cujas alíquotas deverão estar informadas separadamente.

5. Estamos cientes e aceitamos as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº 48/2018, inclusive as fixadas para pagamento no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e desde que efetuado o "atesto" por servidor competente, na Nota Fiscal – Fatura apresentada.

DADOS DA EMPRESA

Razão Social: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ UF _____
Telefone: _____ E-mail: _____
V. Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome: _____
RG: _____ CPF: _____
Telefone: _____
E-mail: _____

Local e Data.

Representante legal da Empresa



ANEXO III - AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

Marabá-PA, ____ de _____ de 2018.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 57/2018

Processo Administrativo nº 23479.011677/2018-90

Assunto: Aquisição de _____

À firma: _____

Prezado (a) Senhor(a),

Em decorrência do processo **Pregão Eletrônico nº 57/2018, para aquisição de _____**, tipo Menor Preço, no qual essa empresa foi adjudicada como vencedora, remetemos, em anexo, a(s) Nota(s) de Empenho nº. _____, e, na forma do art. 62, da Lei nº 8.666/93, que faculta a substituição do Contrato por outro instrumento hábil, estamos encaminhando o presente documento, relativo à aquisição em epígrafe.

Consoante Edital Convocatório, e detalhado na proposta de V.S.^a, a entrega do(s) material(ais) deverá ser efetuada no prazo de até **45 (quarenta e cinco) dias**, a partir da data do recebimento desta e da Nota de Empenho.

Cumpre-nos informar que antes da efetivação do pagamento e, na forma prevista na legislação e no Edital convocatório, o aludido pagamento só será efetuado mediante atestado comprobatório da entrega do(s) material(s), bem como, consulta "online", da situação cadastral dessa Empresa, ficando o referido pagamento suspenso, no caso de haver alguma pendência no SICAF.

Para controle de V.S.^a, informamos ainda que, pela legislação vigente, caso ocorra atraso na entrega de qualquer dos itens de fornecimento, a licitante vencedora estará sujeita, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ao pagamento de multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, por atraso injustificado na execução do conteúdo da Autorização de Fornecimento, calculada sobre o valor do material não fornecido, até o limite de 20 (vinte) dias, a ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação oficial.

Na hipótese de a multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, a UNIFESSPA poderá proceder a rescisão unilateral deste instrumento, hipótese em que o FORNECEDOR também se sujeitará às sanções administrativas previstas no Edital e no Estatuto das Licitações.

Informamos ainda a V.S.^a, que a inobservância aos prazos e obrigações estipulados no Edital do **Pregão Eletrônico nº 57/2018** implicará as penalidades previstas no art. 28 do decreto nº 5.450/2005 e art. 87, e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93.

Finalmente, informamos que a contratação deverá ser cumprida em estrita observância à Lei nº 8.666/93 e suas alterações, devendo V.S.^a a por o **"DE ACORDO"**, na cópia deste expediente, o qual deverá ser devolvido a esta Universidade, para ulteriores providências, por meio de fone/fax no **(94) 2101-7122** ou ainda por e-mail no endereço xxxxxxxxxx@unifesspa.edu.br.

Atenciosamente,

Ordenador de Despesa

De acordo,

Em:/...../.....

Representante legal da Empresa